

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.937.600
Preferenciais	0
Total	1.937.600
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	319	209
1.01	Ativo Circulante	319	209
1.01.02	Aplicações Financeiras	299	177
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	299	177
1.01.06	Tributos a Recuperar	20	26
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	6
1.01.08.03	Outros	0	6
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Funcionários e Diretoria	0	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	319	209
2.01	Passivo Circulante	361	171
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	143	59
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	143	59
2.01.02	Fornecedores	185	97
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	185	97
2.01.03	Obrigações Fiscais	33	15
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33	15
2.02	Passivo Não Circulante	11	7
2.02.04	Provisões	11	7
2.02.04.02	Outras Provisões	11	7
2.03	Patrimônio Líquido	-53	31
2.03.01	Capital Social Realizado	4.960	4.176
2.03.01.01	Capital Subscrito	4.960	4.176
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.013	-4.145

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-449	-885	-177	-668
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-444	-868	-173	-609
3.04.02.01	Despesa com salários	-155	-321	-76	-254
3.04.02.02	Encargos sociais e obrigações trabalhistas	-80	-189	-42	-136
3.04.02.03	Serviços Técnicos Especializados	-208	-357	-55	-217
3.04.02.04	Despesas Legais e Societárias	-1	-1	0	-2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-17	-4	-59
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-449	-885	-177	-668
3.06	Resultado Financeiro	5	17	1	6
3.06.01	Receitas Financeiras	6	18	1	6
3.06.02	Despesas Financeiras	-1	-1	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-444	-868	-176	-662
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-444	-868	-176	-662
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-444	-868	-176	-662
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00002	-0,00005	-0,00020	-0,00060

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-444	-868	-176	-662
4.03	Resultado Abrangente do Período	-444	-868	-176	-662

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-784	-726
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-868	-662
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-868	-662
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	80	-59
6.01.02.01	Aplicação Financeira	-122	15
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	6	8
6.01.02.03	Adiantamento a Funcionários	6	0
6.01.02.04	Fornecedores	88	-37
6.01.02.05	Obrigações Fiscais	18	-21
6.01.02.06	Obrigações Sociais e Trabalhistas	84	-24
6.01.03	Outros	4	-5
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	784	726
6.03.01	Integralização de Capital	784	726

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.176	0	0	-4.145	0	31
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.176	0	0	-4.145	0	31
5.04	Transações de Capital com os Sócios	784	0	0	0	0	784
5.04.01	Aumentos de Capital	784	0	0	0	0	784
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-868	0	-868
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-868	0	-868
5.07	Saldos Finais	4.960	0	0	-5.013	0	-53

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	726	0	0	0	726
5.04.01	Aumentos de Capital	0	726	0	0	0	726
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-662	0	-662
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-662	0	-662
5.07	Saldos Finais	4.176	-363	0	-3.991	0	-178

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-358	-265
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-358	-265
7.03	Valor Adicionado Bruto	-358	-265
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-358	-265
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17	6
7.06.02	Receitas Financeiras	18	8
7.06.03	Outros	-1	-2
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-1	-2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-341	-259
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-341	-259
7.08.01	Pessoal	510	390
7.08.01.01	Remuneração Direta	373	293
7.08.01.03	F.G.T.S.	56	20
7.08.01.04	Outros	81	77
7.08.01.04.01	I.N.S.S	81	77
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17	13
7.08.02.01	Federais	17	13
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-868	-662
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-868	-662

Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO - RIO SECURITIZAÇÃO CNPJ nº 22.983.283/0001-71

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2019

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia” ou “Rio Securitização”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Teve sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sido instituída através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015, e fundada em 30 de junho de 2015.

A Rio Securitização tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012.

A Companhia obteve, em 27 de junho de 2016, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como emissor sob a categoria “B”, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, razão pela qual está prestando todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa.

A Rio Securitização manteve-se em fase pré-operacional desde a sua constituição até a data deste relatório, não tendo definido quando realizará a aquisição de direitos creditórios nem a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. Nesse contexto, apurou no terceiro trimestre de 2019, prejuízo de R\$ 444.034,64 após resultado financeiro de R\$ 5252,34 – decorrente basicamente da aplicação dos recursos em cotas de fundos de investimento de baixo risco/exposição, geridos e administrados por instituições financeiras de primeira linha – despesas com pessoal de R\$ 155.311,88 e gerais e administrativas no montante de R\$ 213.959,52

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2019.

Carlos Alberto Kerbes
Diretor Presidente

Salomão de Souza Neto
Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”) é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro (“Município”), cuja constituição, em 30 de junho de 2015, foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012. Está vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro - SMF e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Companhia teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) deferido em 27 de junho de 2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria.

Embora a Administração da Companhia tenha adotado todas as ações necessárias para viabilizar a consecução do seu objeto social, questionamentos direcionados à natureza de operações semelhantes, no âmbito dos órgãos de controle e poder legislativo em nível federal - em especial o acórdão nº 772/2016, do Tribunal de Contas da União - trouxeram risco à segurança jurídica para a securitização de recebíveis da dívida ativa dos entes públicos.

Tais questionamentos impactaram diretamente as ações e o cronograma em curso de estruturação da primeira operação de emissão de valores mobiliários pela Companhia. Por outro lado, o contexto de incerteza motivou a proposição do Projeto de Lei do Senado nº 204/2016 (“PLS 204/2016”), que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e tem como objetivo sanar dúvidas jurídicas e devolver ao mercado a segurança na realização de operações de securitização. O PLS 204/2016 foi aprovado no Senado Federal no dia 13 de dezembro de 2017 e remetido para aprovação na Câmara dos Deputados no dia 14 de dezembro de 2017, onde deu origem ao Projeto de Lei Complementar nº 459/2017 (“PLP 459/2017”). Conforme aprovado em 20 de novembro de 2018, o PLP 459/2017 está sendo tramitado em regime de urgência e, nesse momento, aguarda a apreciação em sessão deliberativa ordinária no Plenário da Câmara dos Deputados.

A Companhia manteve-se pré-operacional desde sua constituição e vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo.

Os pontos expressos acima indicam que existe incerteza relevante sobre condições e eventos que podem levantar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia, que está diretamente condicionada ao sucesso do plano de negócio estabelecido pela Administração bem como aprovação do início das atividades pelas devidas autoridades.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

A Companhia apresenta, em 30 de setembro de 2019, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$53, prejuízo acumulado no montante de R\$5.013 e prejuízo de R\$868 no período de nove meses findo nesta data.

As informações trimestrais foram aprovadas pela Administração em 21 de novembro de 2019.

2. Apresentação das informações trimestrais

a) Base de preparação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b) Julgamento e estimativas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

c) Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às informações trimestrais.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das informações trimestrais--Continuação

e) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, exceto pelas informações já mencionadas na Nota 1, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as informações trimestrais foram preparadas com base nesse princípio.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das informações trimestrais são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período.

b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.

d) Ativo circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das informações trimestrais e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

e) Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$60 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

g) Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Ativos e passivos contingentes--Continuação

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas: não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas: são reconhecidos nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

h) Resultado por ação básico e diluído

É calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das informações trimestrais. Em 30 de setembro de 2019, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 e geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado--Continuação

A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

a) Participações societárias

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em “Outros resultados abrangentes” as variações no valor justo de participações que não estão mantidos para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no CPC 15 (R1). Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecido no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes--Continuação

b) Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reclassificações

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior à mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas em um exercício de 12 meses e reconhecer estas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38.

Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à Entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração--Continuação

Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- O descumprimento de *covenants*;
- A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*.

j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4. Novas normas e interpretações contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro 2018, o saldo era composto conforme segue:

	Nível - valor justo	30/09/2019		31/12/2018	
		Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	299	299	177	177

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Trimestres findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
	Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	5	1	17
Total	5	1	17	6

6. Impostos a compensar

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo era composto conforme segue:

	30/09/2019	31/12/2018
IRPJ a recuperar	20	26
Total	20	26

7. Fornecedores

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo era composto conforme segue:

	30/09/2019	31/12/2018
Serviços prestados por terceiros (i)	185	97
	185	97

(i) Em 30 de setembro de 2019, a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa, de contabilidade e de assessoria jurídica.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Obrigações tributárias

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo era composto conforme segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF sobre salário a recolher	23	15
Outros	10	-
	<u>33</u>	<u>15</u>

9. Obrigações trabalhistas

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo era composto conforme segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	58	13
Férias	26	25
13º salário	18	-
INSS a pagar	32	16
FGTS a pagar	9	5
	<u>143</u>	<u>59</u>

10. Outras obrigações

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo era composto conforme segue:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caução de contratos	11	7
	<u>11</u>	<u>7</u>

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Despesas com pessoal

Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	Trimestres findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
	Salários	155	76	321
INSS	44	23	81	77
FGTS	13	7	56	20
Férias	14	7	31	21
13º salário	9	5	21	16
Gratificações	-	-	-	2
Total	235	118	510	390

12. Despesas gerais e administrativas

Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	Trimestres findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
	Assessoria jurídica	160	-	160
Auditoria e assessoria contábil	48	55	149	217
Anúncios e publicações	-	1	48	46
Legais e societárias	1	-	1	2
Total	209	56	358	265

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de janeiro de 2016, o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R\$1.000 subscrito em 2015.

Em 20 de abril de 2016, foi transferida uma ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP.

Em 13 de setembro de 2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 (três mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R\$998.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio Líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 16 de março de 2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e este foi integralizado em 30 de março de 2017.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de dezembro de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R\$500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15 de janeiro de 2018; e (ii) R\$589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi integralizado o montante de R\$1.089.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 8 de fevereiro de 2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$784 mediante a emissão de 783.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 28 de fevereiro de 2019.

Em 30 de setembro de 2019, o capital subscrito e integralizado é de R\$4.960 e está representado por 1.937.600 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reserva de lucros

A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

d) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, conforme informações abaixo:

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
ON	1.937.600	1.154.000
Total de ações	<u>1.937.600</u>	<u>1.154.000</u>

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio Líquido--Continuaçãod) Resultado por ação--Continuação*Movimentação na quantidade de ações--Continuação*

	<u>Data</u>	<u>Ações</u>
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Aumento de capital	22/12/2017	1.089.000
Aumento de capital	08/02/2019	783.600
	30/09/2019	1.937.600

Média ponderada do número de ações ordinárias

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
31/12/2018	1.154.000	273	1.154.000
08/02/2019	783.600	234	671.657
30/09/2019	1.937.600		1.825.657

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do período de nove meses findo em 30/09/2019</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
30/09/2019	(868)	1.825.657	(0,0005)

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
31/12/2017	1.154.000	273	1.154.000
30/09/2018	1.154.000		1.154.000

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do período de nove meses findo em 30/09/2018</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
30/09/2018	(662)	1.154.000	(0,0006)

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Partes relacionadas

a) Controlador

O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 1.936.600 (um milhão, novecentos e trinta e seis mil e seiscentos) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Administradores

A Administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na Assembleia Geral na forma do Estatuto de legislação aplicável.

O Decreto Rio nº 43509, de 7 de agosto de 2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do conselho administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro, a R\$2.000,00 (dois mil reais) e R\$1.000,00 (um mil reais), respectivamente.

Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Os Administradores da Companhia receberam remuneração no valor de R\$321 durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (R\$254 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018).

15. Contingências

A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

16. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. Gerenciamento do risco

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
30 de setembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 30 de setembro de 2019, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação.

Risco de liquidez

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Gerenciamento do risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	30/09/2019		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	299	-	299
	299	-	299
	31/12/2018		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	177	-	177
	177	-	177

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço:

	30/09/2019		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	143	-	143
Fornecedores (Nota 7)	185	-	185
Obrigações tributárias (Nota 8)	33	-	33
Outras obrigações (Nota 10)	-	11	11
Total	361	11	372
	31/12/2018		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	59	-	59
Fornecedores (Nota 7)	97	-	97
Obrigações tributárias (Nota 8)	15	-	15
Outras obrigações (Nota 10)	-	7	7
Total	171	7	178

18. Eventos subsequentes

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19 de julho de 2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$305 mediante a emissão de 305.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O registro na junta comercial se deu após o

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

30 de setembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

trimestre findo em 30 de setembro de 2019. Portanto, o reconhecimento e o recebimento só foram efetivados de maneira subsequente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Carioca de Securitização

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e apresentava, em 30 de setembro de 2019, patrimônio líquido negativo de R\$53 mil, prejuízo acumulado de R\$5.013 mil e prejuízo de R\$868 mil, no período de nove meses findo naquela data. A continuidade da Companhia está diretamente condicionada à execução do plano de negócio estabelecido pela Administração. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Gilberto Bizerra De Souza

Contador – CRC-1RJ076328/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2019.

Carlos Alberto Kerbes

Diretor Presidente

Salomão de Souza Neto

Diretor de Relações com Investidores e Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referentes às informações trimestrais da Companhia relacionadas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2019.

Carlos Alberto Kerbes

Diretor Presidente

Salomão de Souza Neto

Diretor de Relações com Investidores e Administrativo Financeiro